

# **A Rainha Taiá de Maurice de Walleffe: um contributo literário para globalização do antigo Egipto**

José das Candeias Sales<sup>1</sup>

Susana Mota<sup>2</sup>

## **Resumo**

O fascínio pelo antigo Egipto e a utilização, adaptação e recriação das suas temáticas — que se designam por Egiptomania — asseguraram, a par da Egiptologia, a perenidade e proximidade da cultura desta civilização. Uma das áreas onde a presença do Egipto é identificável é a Literatura. Esta civilização, com tudo o que a caracteriza — a arte, a religião, a escrita, a simbologia, as impactantes figuras históricas, etc. —, apresenta-se aos escritores como um cenário ideal para ser explorado e (re)contado das formas mais

---

<sup>1</sup> Professor Associado com Agregação na área de História Antiga na Universidade Aberta. Investigador Integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-UL). Membro do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta (CEG-UAb). Entre as áreas em que desenvolve investigação encontra-se a recepção do antigo Egipto/ Egiptomania. Responsável pelo Projecto de Investigação nessa área intitulado *Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)*. Jose.Sales@uab.pt.

<sup>2</sup> Doutorada em História – Egiptologia. Membro do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta (CEG-UAb). Desenvolve investigação em Egiptologia e recepção do antigo Egipto/ Egiptomania. Co-responsável pelo Projecto de Investigação na área da Recepção do antigo Egipto intitulado *Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)*. Susana-mota@hotmail.com.

diversas, o que, obviamente, assegurou também a contínua disseminação do saber sobre ela. O nosso texto visa explorar, no âmbito dos estudos da recepção do antigo Egipto, um romance histórico, publicado pela primeira vez em 1906, em Paris, e que a realidade contemporânea — a descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon — conduziu não só a uma nova edição, em 1923, como fez com que tivesse chegado a Portugal em folhetim e depois em livro em 1924. Trata-se de *Le Péplôs vert. Moeurs égyptiennes* (depois *La Reine Taïa – Roman des temps pharaoniques*) da autoria de Maurice de Waleffe.

**Palavras-chave:** Globalização; Recepção do Egipto antigo; Romance histórico; Rainha Taiá; Maurice de Waleffe.

### **Abstract**

The fascination for ancient Egypt and the utilisation, adaptation, and reproduction of its themes — what is called Egyptomania — assured, at the same time as Egyptology, the continuity and proximity of the culture of this civilization. One of the areas in which Egypt's presence is identifiable is in Literature. This civilisation, with all its components — art, religion, writing, symbology, impressive historical figures, etc. —, presents itself to the writers as an ideal scenario to be explored and (re)told in the most diverse ways, what has also, obviously, assured the continuous dissemination of knowledge about it. Our text aims to explore, from an analysis perspective in the field of Reception of ancient Egypt studies, an historical novel first published in 1906, in Paris. The contemporaneous reality — the discovery of pharaoh Tutankhamun's tomb — led to not only a new edition, in 1923, but also made possible for this novel to reach Portugal, first serialized and then as a book. We

talk about *Le Péplôs vert. Moeurs égyptiennes* (after *La Reine Taïa – Roman des temps pharaoniques*) authored by Maurice de Waleffe.

**Keywords:** Globalisation; ancient Egypt reception; historical novel; Queen Tiye; Maurice de Waleffe.

## Introdução

A descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon em novembro de 1922, pela mão de Howard Carter (1874-1939) e do seu financiador lord Carnarvon (1866-1923), foi amplamente divulgada pela imprensa portuguesa (a exemplo do que aconteceu no resto do mundo), que fez assim chegar junto dos seus leitores diversas notícias, reportagens e imagens que informavam e, simultaneamente, estimulavam o interesse pela civilização do antigo Egipto.

No âmbito do nosso Projecto de Investigação na área da Recepção do antigo Egipto, intitulado *Tutankhamon em Portugal. Relatos na imprensa portuguesa (1922-1939)*,<sup>3</sup> dedicado à identificação, recolha e análise das notícias publicadas nos periódicos portugueses sobre a descoberta e escavação do túmulo do faraó Tutankhamon, deparámo-nos com a publicação em Portugal da obra *A Rainha Taiá*, primeiro em folhetim no jornal *Diário de Notícias* e depois em livro, ambos em 1924, da autoria do jornalista e escritor belga Maurice de Waleffe (1874-1946).

---

<sup>3</sup> Para mais informações sobre o Projecto e respetiva produção científica veja-se: <https://tutankhamon-em-portugal.mozello.com/>.

Esta obra despertou o nosso interesse não apenas no que respeita à edição original da obra, em francês, de 1906, e à sua reedição dezassete anos depois, mas principalmente na perspetiva da sua dupla publicação em Portugal, considerando o contexto e as motivações da mesma e, simultaneamente, o seu impacto nos leitores. No essencial, posicionamo-nos no âmbito da análise de um romance histórico, não numa perspetiva literária, mas sim histórica e de estudos de recepção do antigo Egipto. O nosso enfoque é perceber, por um lado, a perspetiva do autor, considerando o que o levou a escrever e depois a reeditar a obra, e, por outro lado, a contextualização da tradução e publicação da mesma em Portugal – em dois diferentes formatos – e de que forma isso ajudou a ampliar o conhecimento que os leitores portugueses tinham sobre a civilização do antigo Egipto.

Concretamente, ao publicar *Le Péplôs vert. Moeurs égyptiennes* em Paris, em 1906, e ao reeditá-la, em 1923, como novo título – *La Reine Taïa. Roman des temps pharaoniques (Le Péplôs vert)* –, Maurice de Waleffe respondeu a dois diferentes estímulos: uma viagem pessoal ao Egipto e depois a descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon. Ao fazê-lo ajudou, também ele, a difundir, ainda mais, a civilização do antigo Egipto. Ao ser publicada em Portugal, o impacto da obra foi dilatado e interessa perceber de que forma isso foi feito, isto é, que Egipto foi apresentado aos leitores portugueses.

## **Le Péplôs vert / La Reine Taïa (1906/ 1923)**

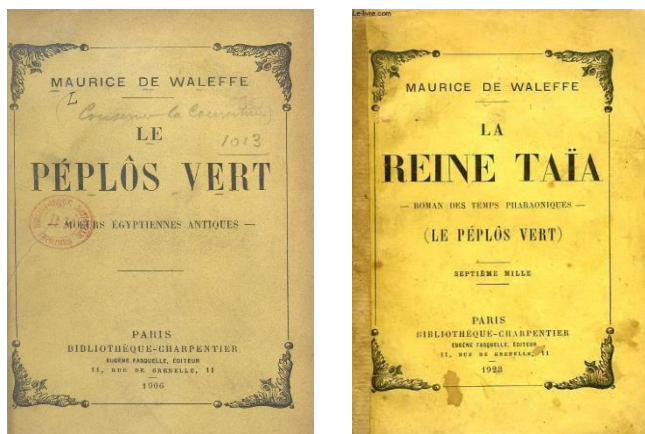
Em 1906, após a realização de uma viagem ao Egipto no ano anterior, Maurice de Waleffe<sup>4</sup> publica, em Paris, o livro *Le Péplôs vert. Moeurs égyptiennes antiques* (**Fig.1**). A obra foi muito bem recebida pela

---

<sup>4</sup> Maurice de Waleffe era o pseudónimo de Maurice Eugène Hubert Cartuyvels, jornalista profissional, escritor de ensaios, romances históricos e peças de teatro, nascido em Les Waleffes, na Bélgica, a 15 de julho de 1874. Faleceria em Paris, com 71 anos, a 3 de março de 1946.

crítica da época e amplamente divulgada na imprensa francesa. Em 1922, a obra foi reeditada uma primeira vez, mantendo o título original, mas adicionando ilustrações da autoria da pintora, ilustradora, desenhadora, artista e designer dinamarquesa Gerda Wegener (1885-1940). No ano seguinte, respondendo à vaga de interesse que a descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon fizera despertar um pouco por todo o mundo — habitualmente designada de Tutmania —, a obra foi novamente editada em França, agora sob o título *La Reine Taïa. Roman des temps pharaoniques (Le Péplôs Vert)* (Fig.1). A obra original ganhou um novo título, mas não sofreu, na sua edição de 1923, qualquer outra alteração. O autor explicou este processo ao jornal *L’Echo d’Alger: journal républicain du matin* (30/04/1923):

Mon roman, ‘La Reine Taïa’, est la réédition (comme l’indique son sous-titre: ‘Le Péplos vert’), d’un roman écrit en Egypte et publié à Paris en 1906, analysé alors par toute critique, et republié depuis ‘en édition populaire’ illustrée. Mon éditeur Fasquelle eut l’idée de le réimprimer cette année à cause des fouilles de lord Carnarvon, en modifiant le titre qu’il jugeait trop grec pour une histoire égyptienne, mais sans changer un mot au volume publié en 1906, qui existe toujours en librairie.



**Fig. 1.** Capa da obra *Le Péplôs vert. Moeurs égyptiennes antiques* (1906) e de *La Reine Taïa. Roman des temps pharaoniques (Le Péplôs Vert)*, de Maurice de Waleffe – edição de 1923. Fonte: Gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France / Domínio publico.

O romance histórico *Le Péplôs vert / La Reine Taïa* na sua dupla edição — 1906 e 1923 — é, portanto, o resultado de duas situações/ motivações bastante distintas. Por um lado, a sua escrita inicial foi o resultado da inspiração provocada pela visita do autor, em 1905, ao local de origem da civilização antiga que é retratada na obra, qual “romance arqueológico”. Por outro lado, a reedição da obra sob novo título, mas com o mesmo conteúdo, surge como resultado direto do inusitado contexto arqueológico da época, em que se destaca flagrantemente a descoberta do túmulo de Tutankhamon.

No prefácio da edição portuguesa, sem qualquer reboço, Waleffe enuncia: “A descoberta sensacional do tumulo do faraó Tutank-Amon acaba de revolucionar a imprensa mundial.” A descoberta e escavação do túmulo do faraó Tutankhamon foram notícia regular na imprensa mundial e isso levou ao desenvolvimento de um forte interesse pelo antigo Egipto e o Autor (e o seu editor) acharam por bem aproveitar esta vaga de vibrante Egiptomania e disponibilizar a todos os interessados a possibilidade de ler um romance histórico de fundo arqueológico sobre o antigo Egipto, embora composto quase duas décadas antes da “descoberta sensacional” do Vale dos Reis.

Como fator adicional, parece-nos ainda relevante apontar como motivação para a composição da obra o fascínio do autor pela rainha egípcia que empresta nome à edição de 1923. No prefácio da edição francesa, depois reproduzido na edição do livro em português, Waleffe revela o seu fascínio e fornece ao leitor a sua opinião sobre a personagem histórica em causa (“Foi uma estrangeira muito bonita, de raça misteriosa, que se fez ousadamente desposar pelo fraco Amenophis III, e governou o Império em nome de seu filho Amenophis IV”; “Taiá apareceu assim como um genio luminoso, superior aos homens do seu tempo, fazendo orgulho ás nossas feministas” e “(...) a figura da rainha Taiá, descrita em todos os seus característicos, ficará a mais dramática heroína da historia!”. Numa nota de verosimilhança histórica alude a um busto dessa rainha que a sua contemporaneidade

bem conhecia: “Possuimos um busto duma beleza singular, mascara de gata, dessa rainha Taiá, que merecia ser mais celebre que Cleopatra (...)”. Trata-se de uma referência ao busto da rainha Tié, com 9,5 cm, datado do século XIV a.C., encontrado em Medinet Gurub, que se encontra no Neues Museum de Berlim (ÄM 21834), aberto ao público em 1855 (Wildung 1999, 22-3). Provavelmente, o conhecimento e/ou a observação desta cabeça poderá ter inspirado a descrição que Maurice de Waleffe faz da rainha egípcia no capítulo V (pp. 57, 58) do seu romance.

Historicamente, sabemos hoje que Tié, oriunda de uma família de Akhmim (o seu pai, Yuya, era sacerdote de Min, tenente das carruagens e intendente das estrebarias; e a mãe, Tuya, era superior do harém de Min), sem relação com a família real, foi uma rainha da XVIII Dinastia, Império Novo, que terá vivido sensivelmente entre 1398 e 1338 a.C., sendo a “Grande Esposa Real” (*hemet-nisut-ueret*) do faraó Amenófis III ou Amenhotep III, de quem teria, entre outros seis filhos e filhas, o filho que lhe sucedeu no trono do Egipto, Amenófis IV ou Amenhotep IV, depois Akhenaton. Adoradora do disco solar, associada a todos os acontecimentos marcantes do Egipto durante o reinado do marido e conhecedora de “todos os segredos do Estado”, teria influenciado profundamente o seu filho (se não o inspirou, pelo menos não se lhe opôs...) que viria a implementar uma extraordinária revolução religiosa, dando a primazia justamente ao deus Aton, o disco solar (Jacq 1998, 103, 105-6; Araújo 2011, 153-4).

São as aventuras em torno desta mulher que a imaginação de Maurice de Waleffe, estimulada pela visita ao Egipto, põe em marcha no seu romance: “É uma das suas aventuras que vai lêr-se” (Prefácio).

### **A edição portuguesa: em folhetim e em livro**

No ano seguinte à reedição em França, o livro *Le Péplôs vert / La Reine Taïa Taïa* foi publicado em Portugal entre 13 de Janeiro e 22 de

Fevereiro de 1924 em modelo de folhetim pelo jornal *Diário de Notícias* e, no mesmo ano, foi ainda disponibilizado em livro compacto, na coleção “Romances populares”, numa edição da *Empresa Diário de Notícias*, com o título *A Rainha Taiá*.

A prática de traduzir romances franceses e publicá-los em modelo de folhetim existia em Portugal desde o século XIX (Paiva 2015, 174-5). Logo, não surpreende que o *Diário de Notícias* tenha escolhido publicar esta obra, pelo sucesso em França e por aquele que parece ser o fator mais lógico e óbvio para a publicação deste livro em Portugal, em 1924: o enorme interesse existente à época pelo antigo Egipto despoletado pela descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon, ou seja, a mesma motivação subjacente à reedição francesa de 1923.

Em Portugal, tal como no resto do mundo, a imprensa foi um fator extremamente ativo na divulgação desta descoberta arqueológica e da respetiva escavação e eventos associados — particularmente no que respeitou à morte de Lord Carnarvon, supostamente vítima da maldição do faraó, e aos problemas existentes no decorrer da escavação entre Howard Carter e o governo egípcio — o que, obviamente, despertou junto dos leitores um forte interesse pela civilização do antigo Egipto (Sales e

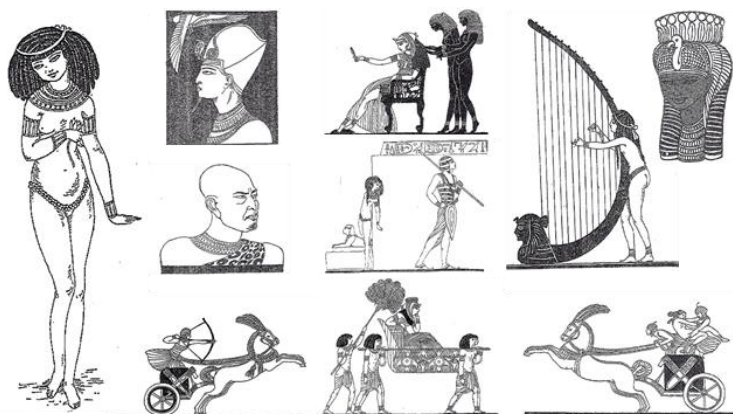
Mota 2019). É compreensível, portanto, que um jornal português, o *Diário de Notícias*, tenha considerado relevante não apenas publicar um romance histórico sobre o antigo Egipto em versão folhetim como também em livro (Fig. 2).



**Fig. 2.** A edição portuguesa em livro da obra *A Rainha Taiá* (1924).



Certamente com o objectivo de tornar a obra ainda mais chamativa, o livro que serviu de base à versão portuguesa terá sido a edição francesa de 1922 que incluía as ilustrações de Gerda Wegener. Assim, o livro *A Rainha Taia* conta não apenas com uma capa da responsabilidade do português Alfredo de Moraes (1872-1971),<sup>5</sup> que escolheu ilustrar, de uma forma dinâmica e até dramática, um dos episódios narrados na obra, como também com 22 desenhos que vão despontando ao longo do texto, ajudando o leitor a visualizar personagens e momentos da narrativa e facilitando a imaginação de um ambiente egípcio (**Fig.3**).



**Fig. 3.** Selecção de ilustrações presentes no livro *A Rainha Taiá*.

### **O contributo de *A Rainha Taiá* para a globalização do conhecimento do antigo Egipto em Portugal**

No Prefácio da edição de 1923, Waleffe não só apresenta aos seus leitores a figura histórica que o inspirou, como, reforçando os elos da estreita relação entre a reedição da sua obra e os achados no túmulo de Tutankhamon, admite que a sua narração possa ser

---

<sup>5</sup> Conhecido e reconhecido aquarelista e ilustrador que trabalhou como chefe de litografia na Imprensa Nacional, foi professor na Sociedade Nacional de Belas Artes e fez ilustrações para diversos jornais e livros (Sá e Deus 1999, 89-90).

“contradita nos vários episódios descritos em papiros, que acabam de ser descobertos no hipogeu de Tut-ank-Amon”, mas não enjeita igualmente que possam “pelo contrario, corroborar a fantasia permitida ao romancista”. É uma forma elegante e engenhosa de conferir credibilidade e atratividade ao seu romance e aos conhecimentos nele contidos sobre o Egipto antigo, em geral, e sobre o século XIV a.C., a época da “rainha Taiá”, em particular. Suplementarmente, não deixa de escrever também: “Vamos vêr o Egipto faraónico, como qualquer dos nossos antepassados europeus o poderia ver e de certo o teria visto”. Para um leitor interessado ou fascinado pelo Egipto antigo e pelas suas personalidades era um dinâmico convite à leitura, ao deleite, à aprendizagem pelas mãos do romancista e da sua personagem principal. E os leitores portugueses não escaparam também a este sortilégio.

Em termos de estrutura, o livro está dividido em 10 capítulos, tendo a tradução portuguesa 126 pp. (7-133). A narrativa romanceada construída por Waleffe, sem ser, em nossa opinião, particularmente empolgante ou impressionante, é, naturalmente, uma ficção literária afeiçoada para se passar no Egipto antigo, convocando personagens “antigas” criadas e/ ou recriadas pelo romancista belga. O seu trabalho não é – não pretende ser! – um ensaio historiográfico sobre os episódios políticos, religiosos, comerciais e culturais do Império Novo (a época da antiga história egípcia em que se fixa a trama do romance), nem sobre os seus principais personagens históricos (faraó, rainha, sumo sacerdotes de Amon, oficiais do exército, etc.).

No entanto, como seria expectável, procurando conferir ao seu romance a maior carga de verosimilhança histórica possível, M. de Waleffe não resistiu a apreender e a canalizar para a sua produção uma série de elementos, “de época”, capazes de seduzir os seus leitores. A História vem, assim, intencionalmente, em auxílio da Literatura, ou, dito de outra forma, a ficção romanceada vive do fundo

histórico que lhe é transmitido e delineado pelas várias passagens, expressões ou descrições do autor belga. Pode até dizer-se que através deste romance histórico as fronteiras temporais são ultrapassadas e na procura de entendimento da identidade egípcia antiga são enfatizadas algumas das suas características e valores mais conhecidos.

*A Rainha Taiá* não é um exemplo notável de empenhada pesquisa documental ou de factualidade histórica dos episódios nela incluídos, embora elas estejam, obviamente, subjacentes à novela egipcianizante construída. Sem comprometer a liberdade criativa, a ficcionalidade e a inspiração do autor, as menções históricas integradas são, todavia, genuinamente adequadas, permitindo ao leitor uma reconstituição ajustada e íntegra do passado egípcio.

Numa análise e abordagem seletiva desses episódios de acordo com uma estrutura por nós estabelecida, podemos descortinar os principais eixos de apoio para uma reconstituição verosímil do passado egípcio. Desde logo, percebe-se a imperiosa necessidade de Waleffe contextualizar a sua ficção no tempo e no espaço antigos e, nesse sentido, pode dizer-se que é muito eficaz no delinear dessas dimensões para benefício do leitor que, assim, assimila as grandes características político-religioso-culturais do final da XVIII Dinastia/Império Novo e, em coerência, os modelos e as opções de atuação das suas principais personagens. A acção do romance decorre no reinado de “Amenophis IV”: “Havia seis luas que a mumia de Amenophis III repousava no Ocidente, de Thebas, e que o Egipto obedecia ao jovem Amenophis IV, ou antes a Taiá, que deixava agora os seus adornos e prazeres pelos cuidados da política [...]” (pp. 58, 59).

É verdade que, do ponto de vista da cronologia absoluta, o leitor não consegue identificar com precisão a época em causa (meados do século XIV a.C.), mas compreende que os episódios da

história que Waleffe traça, designadamente a firme oposição entre a rainha Taiá e o clero amoniano de Tebas, ocorrem depois de o Egipto ter conhecido um período de reconhecida grandeza no contexto geopolítico-militar do Próximo Oriente e de constituir, por isso, um palco importante da vida internacional, cujo impacto económico-financeiro se fazia sentir ainda na riqueza material dos sacerdotes de Amon.

Desde o reinado de Tutmés III que o clero de Amon recebia os enormes proventos do Império. O próprio Amenhotep III, marido da rainha Tié, teve um papel importante no crescimento do prestígio da divindade de Tebas, a quem, nomeadamente, dedicou o templo de Luxor, com a representativa delicadeza dos seus baixos-relevos e pureza de colunas, ajudando, assim, a consolidar o papel da cidade de Tebas (em egípcio *Uaset*, “a poderosa”) na administração egípcia (Jacq 1998, 100).

O centro espacial da narrativa de Waleffe é justamente a zona da cidade de Tebas, no Alto Egipto (a mesma região que o autor visitara em 1905...), seja na sua componente da margem oriental (palácios e templos), seja na da margem ocidental (a necrópole). Na descrição espacial é concedido um espaço particular ao grande templo do deus Amon, em Karnak, bem como ao templo contíguo da deusa Mut (sempre chamada no livro “Mâut” ou “Maut”), que presumivelmente o autor visitou na sua estadia:

No extremo duma avenida de esfinges que anunciavam a aproximação da cidade religiosa [está a] avenida dos Carneiros orientais, gigantescos, em granito rosa, com corpo de leões agachados, alongando o meigo focinho de herbívoros, por cima de uma estatueta do defunto faraó que parecia meditar, em pé e minúsculo, entre as suas formidáveis patas.

Em número de duzentos, cem a cada lado, ligam o templo de Amon ao templo da deusa Mâut, formando a guarda de honra do grande deus de Thebas, quando o ídolo, na sua barca balanceada aos

ombros dos padres, vai visitar procissionalmente Mâut, sua augusta esposa. (pp. 20, 21)<sup>6</sup>

Ao longo da obra, a tríade divina de Tebas (Amon, Mut e Khonsu) é igualmente alvo de referências por parte de Waleffe para enfatizar bem as características religiosas do grande centro religioso do Alto Egípto.

De forma indelével, o escritor estabelece as várias vertentes do paradigma do poder político e religioso da época do seu romance: o faraó reinante é Amenófis (Amenhotep) IV, o filho de Amenófis (Amenhotep) III, ainda residente na grande cidade de Tebas, carregada de prestígio e riqueza em torno dos seus deuses e dos seus templos, mas quem, efetivamente, detinha o poder e encabeçava a luta declarada com o rico clero amoniano da capital era a “sua” rainha Taiá, a mãe do faraó. Aliás, esta ideia da condução dos assuntos do Estado egípcio pela rainha Taiá é várias vezes acentuada ao longo da obra pelo autor, para que seja bem captada pelo leitor.

A narrativa literária de Maurice de Waleffe assenta, portanto, na ideia-chave de que a verdadeira dirigente do Egípto, aquela que

---

<sup>6</sup> O autor tem a clara noção de que o carneiro representado nas áleas de esfinges – e também o “cisne” (mais corretamente a gansa) – eram animais sagrados do deus Amon de Tebas: “(...) o sumo sacerdote de Amon considerava o cisne, depois do carneiro, o animal mais querido ao seu deus” (p. 43). A representação de Amon como uma gansa levava a que fosse chamado “A Grande Grasnadora” e baseava-se na reputação viril da ave que havia posto o ovo cósmico, o que servia perfeitamente bem para designar um deus que se dizia e que se queria primordial, demiurgo, universal. Esta representação não é, porém, muito vulgar. No entanto, dela e da conceção que lhe está subjacente, subsistem as longas plumas de gansa da coroa amoniana que se mantiveram como atributo de Amon e que surgem praticamente em todas as representações deste deus. A forma de carneiro, macho poderoso e viril de poderosos chifres curvados, baixo e de cauda curta (*ovis platyura aegyptiaca*), sugere também a enorme energia procriativa do deus Amon, criador auto-criado (Sales 1999, 215, 216). Apesar de estas informações não serem transmitidas de forma detalhada aos leitores, há, todavia, a consciência da problemática dos animais sagrados no âmbito da religião do antigo Egípto e isso é comunicado por Maurice de Waleffe de forma singela.

conduzia a perseguição aos sacerdotes tebanos, aquela que inspirou a própria alteração religiosa do reinado do seu filho, foi a rainha Taiá, sendo, por isso, compreensível a designação escolhida para a edição francesa de 1923 e para a tradução portuguesa do seu livro.

A revolução religiosa que a História apelida tradicionalmente como “revolução amarniana” é, na ficção de Waleffe, impulsionada pela Rainha Mãe. A própria mudança de nome do faraó que consubstancia essa radical alteração da orientação espiritual e religiosa do Egípto é mencionada diretamente nas pp. 69, 70:

O novo faraó do Egípto, Amenophis IV deixava o seu glorioso nome de Amon para tomar o de “Esplendor do Sol”, Thebas via nisso uma vitória alcançada sobre o seu deus pelo deus solar de Heliopolis. (...) a sua consequência lógica seria a deslocação do centro milenário do Império. Corria o boato que a rainha Taiá se gabava de ir fazer arrazar a cidade de Amon, e de não deixar pedra sobre pedra!

Desta forma, simples, concisa, mas eficaz, o autor informa os leitores de um facto histórico determinante do período amarniano: a mudança, a partir do 5º ano do seu reinado, do nome de Amenhotep IV (“Aquele que agrada a Amon”) para Akhenaton (“Glorificação de Aton/Sol” ou “O horizonte de Aton/ Sol”).

Também a mudança de capital (de Tebas, no Alto Egípto, para Akhetaton/ Amarna, no Médio Egípto) é subtilmente referida por M. de Waleffe:

O reino de Esplendor do Sol marcou os quinze anos mais agitados da história do Egípto. A antiga capital thebana ficou despovoada em favor duma cidade nova, dum esplendor inaudito, mas efémero, porque não sobreviveu ao fundador. O faraó seguinte levou a Côrte para a cidade de Amon e fez solenemente prestar homenagem ao clero deste deus, que se tornou mais poderoso do que nunca (p. 133).

Embora não mencione o nome desse “faraó seguinte”, mal sabia Waleffe, em 1905, quando visitou o Vale dos Reis, ou, em 1906, quando publicou a primeira edição da obra, que seria justamente a descoberta do túmulo desse faraó, em 1922, por Howard Carter e Lord

Carnarvon, que motivaria a edição francesa de 1923 e a tradução portuguesa de 1924...

Ao ler o romance, o leitor, francês ou português, entra também em contacto com um leque alargado de nomes de divindades masculinas e femininas do panteão egípcio (Sit-Typhon ou Sit,<sup>7</sup> Hathor, Opet, Hórus, Osíris, Amon, Thot,<sup>8</sup> Hakait,<sup>9</sup> Sekhet,<sup>10</sup> Bastel,<sup>11</sup> Ísis, Suk,<sup>12</sup> Amon-Rá, Mut, Khonsu, Anúbis, Khepré,<sup>13</sup> Phtah,<sup>14</sup> Apis, Bisu,<sup>15</sup> Hapi...) e consegue captar, no essencial, o fenómeno religioso do politeísmo e o fulcro da sua acção na conduta e comportamentos dos antigos Egípcios. De forma complementar, mais aprofundada, o romancista inclui várias passagens ao longo da sua obra em que descreve as principais características e áreas de supervisão das grandes divindades egípcias, com destaque para a sua natureza híbrida.

O subtítulo inicial da obra de Waleffe, “costumes dos tempos faraónicos”, significa que o autor procurou contemplar no seu livro momentos e etapas da vida quotidiana dos antigos Egípcios como, por exemplo, as festividades, as cerimónias em torno da morte e os instrumentos musicais usados em contextos litúrgicos ou festivos no Egipto antigo, os cortejos religiosos em honra de Amon.

---

<sup>7</sup> Formas usadas para designar o deus do mal, Set.

<sup>8</sup> Forma preferida na tradução portuguesa, embora modernamente se grafe simplesmente Tot.

<sup>9</sup> Forma usada para designar a deusa com cabeça de rã, Heket.

<sup>10</sup> Forma de designar a deusa leontocéfala Sekhemet. Também é mencionada como “Seket” (pp. 70 e 72).

<sup>11</sup> Forma incorreta para aludir à deusa Bastet, a deusa com cabeça de gata.

<sup>12</sup> Forma empregue para designar o deus-crocodilo Sukhos ou Sobek.

<sup>13</sup> Forma preferida, em vez de um também correcto Khepri.

<sup>14</sup> Forma usada em vez de um mais simples Ptah.

<sup>15</sup> Forma usada para designar o deus-génio egípcio Bes.

No que se refere aos instrumentos musicais, o autor registou: “(...) sistro, instrumento de musica sacra, que só as princesas têm o direito de agitar em honra dos deuses, e cujos varões de bronze, engastados numa espécie de forçado, atuam pela sua casquinada estridente sobre os nervos exacerbados” (p. 24). A atenção detalhada colocada por Waleffe na descrição deste instrumento idiofónico atesta, uma vez mais, a sua “pesquisa” (eventualmente em museus com artefactos musicais do antigo Egipto, como, por exemplo, o Museu do Louvre...) e, simultaneamente, a forma eficaz como a comunica aos seus leitores, pretensamente menos identificados com estes instrumentos.

No que diz respeito à “harpa hathórica”, instrumento cordofone, o leitor pôde contar com a impressiva ilustração de Gerda Wegener (p. 44) – ver **Fig. 3**. A descrição do escritor deste instrumento é também muito feliz: “Avistou uma harpa a um canto. Era um magnifico objeto de arte com coluna de ébano, e treze cordas verticais. No topo, havia uma pequena caixa redonda, sobreposta pela cabeça da bela deusa Hathor, em marfim.” (p. 43).

Todos estes elementos, mesclados de forma criativa e equilibrada na narrativa ficcional, conferem a pretendida e convincente ambiência egípcianizante ao universo literário traçado. É também esta a finalidade do pormenorizado tratamento dado à descrição da procissão da barca sagrada de Amon, de Tebas:

Um cheiro a incenso pairava no ar quente e tranquilo, onde os fumos vaporosos se desdobravam e desfaziam em véus impalpáveis.

A branca multidão caíu de joelhos. Os cânticos calaram-se e estabeleceu-se um silencio religioso! Apenas as sistres (sic) continuavam os seus pequenos soluços metálicos de insectos invisíveis. Vinte e quatro padres avançaram. O craneo rapado e redondo como uma bola emergia-lhes da gola do fato fortemente engomado. Traziam sobre os ombros uma padiola onde repousava uma barca dourada, esguia, levantada nas extremidades e esculpida na popa e na prôa com duas cabeças de carneiro.

Os doze padres dos varais anteriores ajoelharam-se. A barca, obedecendo a este plano inclinado, tocou com a quilha na agua



scintilante e deslizou rapidamente para a superfície do lago, tal como uma fusão de ouro sobre uma placa de lápis. Teve alguns estremecimentos, cada vez mais leves e imobilizou-se na luz. (p. 50).

Uma companhia de archeiros beduinos, magros e ágeis, marcavam passo, num andamento saltitante de lebre. Atrás deles vinha um pelotão brilhante de oficiais de todas as idades e graduações pertencentes á cavalaria do faraó. (pp. 50, 51).

A profusão de pormenores selecionados pelo autor para descrever os sacerdotes e restantes participantes nas procissões solenes, habitualmente anuais, em honra de Amon, testemunham a sua preocupação com a inclusão do detalhe histórico no seu romance e constituem para os seus leitores o contacto “direto” com uma manifestação essencial da religião amoniana e das festividades oficiais do culto egípcio.

Entre as grandes festas egípcias (*hebu* ou *uagu*), as festas em honra de Amon destacavam-se exatamente pelas suas procissões, em que a barca portátil da divindade passava por entre a multidão congregada para o efeito. Era um momento ímpar da religiosidade popular e da manifestação religiosa da comunidade egípcia. No caso da chamada “Festa de Opet” ou “Bela Festa de Opet”, além da barca de Amon, também as barcas de Mut e Khonsu eram transportadas aos ombros de grupos de sacerdotes, na viagem de ida, entre os templos de Karnak e de Luxor, e depois em embarcações, por rio, na viagem de regresso, quebrando-se, assim, a quotidiana invisibilidade e afastamento da divindade que, no resto do ano, permanecia oculta no interior do seu templo. O deus em apoteose era acompanhado por cantores, bailarinos e bailarinas, acrobatas, músicos, soldados, cavalos e carros de guerra, numa verdadeira demonstração de festa popular (Sales 2016, 91-97). É essa ambiência que Waleffe pretende associar e transmitir na sua descrição.

Por outro lado, a morte da personagem Nuhri (a jovem filha do sumo sacerdote de Tebas) constitui um pretexto bem explorado pelo escritor belga para aludir aos rituais da mumificação

(indissociavelmente associados ao culto dos mortos egípcios) e ao destino eterno no Além:

A faca, de obsidiana de Etiópia, essa faca ritual (...) tinha praticado a incisão osiriana. As vísceras, retiradas, estavam em quatro vasos canopes com cabeça de homem, de macaco, de chacal e de gavião, que são os deuses dos quatro cantos do mundo. O peito, devidamente lavado dum vinho de palma, encerrava vegetais aromáticos. (...)

(...) introduzindo-lhe o ferro curvo nas narinas para alargar as membranas do crânio e tirar os miolos, tinha conseguido não lhe devastar a fisionomia... (p. 84).

Como se percebe, o trabalho mais importante do processo de mumificação realizava-se no tronco: era feita uma incisão (com uma faca de obsidiana) no lado esquerdo, através da qual se extraíam os intestinos e as vísceras. O “conteúdo” do tórax e da cavidade abdominal (pulmões, intestinos, fígado e estômago) era cuidadosamente lavado com substâncias aromáticas e guardado em vasos, geralmente de alabastro, a que os Gregos chamavam “canópicos” ou “canopiais”, que, a partir do Império Novo, tinham coberturas com a reprodução da cabeça de cada um dos quatro filhos de Hórus: Imseti (com cabeça humana), Hapi (com cabeça de babuíno), Duamutef (com cabeça de cão selvagem) e Kebehsenuf (com cabeça de falcão). Todo o interior do cadáver era lavado e ungido com óleos e especiarias.

Também a referência às atividades no Tribunal de Osíris é genericamente correta e denota a preocupação de Waleffe em abordar para os seus leitores esta importante etapa da transição para o mundo do Além, ajudando a generalizar esta noção sobre o Egipto antigo. Quer a alusão à chamada “pesagem do coração” e aos deuses nela participantes (Hórus e Tot), quer aos perigos e ameaças que o defunto tinha de enfrentar para aceder ao eterno Além de bem-aventuranças são importantes dimensões do universo mental egípcio e da sua conceção de vida eterna que o autor quis também usar na sua obra. Também esse tratamento, ainda que conciso, se tornava essencial para a verosimilhança com que procurou dotar o seu romance “egípcio”.

## **Conclusão**

*A Rainha Taiá* de Maurice de Waleffe teve, indubitavelmente, dois méritos junto dos seus leitores, portugueses incluídos: por um lado, as vívidas descrições que apresenta do Egipto potenciavam e facilitavam a capacidade de imaginar de forma clara os cenários em que ocorriam as histórias relatadas sobre um passado tão distante e, por outro lado, conscientemente ou não, cumpriu uma função pedagógica ao tornar acessível ao público dos inícios do século XX, como o subtítulo do seu livro indicava em 1906, “costumes dos tempos faraónicos” de mais de 3000 anos antes. Ou seja, cumpriu exemplarmente as premissas literárias do romance histórico que se presume ser capaz de tornar a História mais acessível e interessante para o público comum, dando-lhe a sensação de poder experienciar a época retratada e simultaneamente usar o interesse despertado para fomentar conhecimento (Lowenthal 1985, 225-6; Slotkin 2005, 222 e 225).

No caso dos leitores portugueses, a publicação do folhetim/livro *A Rainha Taiá* em Portugal, em 1924, permitiu-lhes alimentar o seu interesse por uma civilização que, devido às recentes descobertas arqueológicas à época no Vale dos Reis, em Luxor ocidental, era notícia regular nos jornais. A forma engenhosa como conjuga e faz conviver os factos e personagens históricas com factos e personagens inventadas potenciaram os conhecimentos sobre a civilização do antigo Egipto e certamente o apreço pela mesma.

Simultaneamente, a circulação literária do romance na Europa, neste caso da França para Portugal, centrado na captação da antiga identidade egípcia, como produto cultural destinado ao consumo por alargadas franjas de destinatários, sob o impulso da grande descoberta arqueológica de 1922, corresponde a uma intencional forma de divulgação e globalização do conhecimento e do apreço pela antiga civilização faraónica.

## Bibliografia

ARAÚJO, Luís Manuel, *Os grandes faraós do antigo Egipto*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011.

JACQ, Christian, *As egípcias*, Porto, Edições Asa, 1998.

LOWENTHAL, David, *The past is a foreign country*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

MANNICHE, Lise, *Ancient Egyptian instruments*, Berlim, Deutscher Kunsverlag München Berlin, 1975.

MANNICHE, Lise, “The noble harp of Amun”, in *Thébes aux 101 portes. Mélanges à la mémoire de Roland Tefnin*, WARMENBOL, Eugène, ANGENOT, Valérie (eds.), Bruxelas, Association Égyptologique Reine Élisabeth, 2010, pp. 135-144.

PAIVA, Cláudia Gizelle Teles, “O Romance-Folhetim Mistérios de Lisboa: Apenas Influência ou Estratégia Literária?” in *RevLet – Revista Virtual de Letras*, V. 07, 02 (2015), pp. 173-181.

SÁ, Leonardo de, DEUS, António Dias, *Dicionário dos Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*, Lisboa, Época de Ouro, 1999.

SALES, José das Candeias, *As divindades egípcias. Uma chave para a compreensão do Egipto antigo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

SALES, José das Candeias, “As festas”, in *Hapi*, 4: (2016), pp.85-117.

SALES, José das Candeias, MOTA, Susana, “A Maldição da Múmia’. Relatos na imprensa portuguesa sobre a descoberta do Túmulo de Tutankhamon”, in *Cadmo. Revista de História Antiga do Centro de História da Universidade de Lisboa*. 28 (2019), pp. 93-116.

SLOTKIN, Richard, “Fiction for the purposes of history” in *Rethinking History*, Vol.9, 2/3 (2005), pp. 221-36.

WILDUNG, Dietrich, *L’art égyptien a Berlin. Chefs-d’oeuvre du musée Bode et de Charlottenburg*, Berlim, Staatliche Museen zu Berlin – Preußischer Kulturbesitz Verlag Philip von Zabern, 1999.